



Editais nº 1431529
Disponibilização: 17/04/2025
Publicação: 17/04/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Comitê Intersetoria de Política Municipal para a População em Situação de Rua
Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009000
Telefone: 11-2833-4150
PROCESSO 6074.2024/0007299-7

Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 123949313

ATA DA 125ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POP RUA

REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 13H30.

Torna **sem efeito a ATA DE REUNIÃO, SEI nº 122858858**, publicado em Diário Oficial na data de 04/04/2025, por erro material

Participantes Governo: Karen Fernanda (SMDHC); Roberta Cristina Paulino (SMDHC); Luciano Santos Araujo (SMSUB), Maria Lucia de Oliveira (SMDET), Silvana Ferreira Gomes (SM)

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Gisele Abreu,

Participantes Organização Social: Mabel Andrade Garcia (AEB), Beatriz Clemente (Fórum da Cidade), Cleiton Ferreira (É de Lei)

A reunião teve início às 13:50, com a presidência de Karen Fernanda e Roberta Paulino.

Karen inicia sua fala pedindo desculpas pelo horário de início e informa que aguardavam para ver se chegavam mais pessoas à reunião. No primeiro momento informa que por enquanto não se tem o quórum, mas que, no entanto, as 15h00 darão início a reunião propriamente dita para começar a discutir e propor as pautas. Deste modo, no início faremos as denúncias e abrirá o espaço para inscrições de quem desejar falar, dentro do limite de três minutos, mas antes Karen informa que gostara de passar a palavra a secretária de direitos humanos Dr. Regina Santana para que ela se apresente por conta da mudança de gestão.

Regina Santana, mulher preta e advogada há 35 anos, se apresenta a informa que assumiu o cargo de Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania em São Paulo desde 1º de janeiro. Antes disso, atuou por 5 meses na Secretaria Municipal de Cultura e, há quase 6 anos, estava na Prefeitura, inicialmente na Secretaria de Direitos Humanos, como assessora técnica na Coordenação de Igualdade Racial, e depois como assessora na Justiça.

Ela ressaltou que é uma honra estar presente na reunião e que, desde sua chegada, tem se reunido com todos os coordenadores para compreender a situação de cada coordenação. Após avaliar os trabalhos realizados, foi decidida a substituição da coordenação na Coordenação da População em Situação de Rua. A troca foi necessária devido à identificação de que a coordenação precisava, pessoas com uma maior afinidade com os temas abordados. Ela informa que o ex-coordenador, Alcyr, foi comunicado da troca e sua exoneração ainda está em processo devido aos dias trabalhados durante o Carnaval e o pós-Carnaval. A nova coordenadora, será

uma mulher com experiência na área, já foi escolhida e está em processo de admissão.

Regina destacou que cargos em comissão, como o de Alcyr, não garantem estabilidade no cargo, sendo de responsabilidade da liderança da pasta decidir sobre sua continuidade. A substituição da coordenação, no entanto, não comprometerá o funcionamento da coordenação, já que os assessores continuam a desempenhar suas funções. Ela também enfatizou a importância da Coordenação da População em Situação de Rua, um tema sensível, principalmente em relação à discriminação sofrida por pessoas negras e pobres, e a necessidade de trabalhar para ajudar essas pessoas, muitas das quais estão em situação de vulnerabilidade.

Regina concluiu afirmando que, embora não possa resolver tudo, a Secretaria está buscando alternativas e formas de auxiliar as pessoas que vivem em situação de rua, especialmente após o aumento desse número pós-pandemia. Além disso, ela informou que, em um órgão público como a Secretaria, ninguém pode ser proibido de entrar, reafirmando o direito de ir e vir de todos. Regina Santana colocou-se à disposição de todos, ressaltando que a Secretaria está aberta para receber demandas e que os cidadãos têm o direito de cobrar, pois o trabalho não se resume a uma remuneração, mas sim ao compromisso de servir e cumprir com suas responsabilidades. Ela enfatizou que, caso alguém não queira trabalhar para resolver as questões, o mais adequado seria deixar o cargo. Reforçou que, se não for possível resolver uma demanda diretamente, a Secretaria buscará levar o problema ao Secretário de Governo, ao Prefeito, ou aos Secretários responsáveis por outras áreas, com o intuito de encontrar a melhor solução possível.

Em seguida, passou a palavra para Estela, a Secretária Adjunta, para que também pudesse se pronunciar.

Estela, Secretária Adjunta, iniciou sua fala destacando que está no cargo desde 3 de fevereiro deste ano e que este é seu primeiro contato com o comitê. Com experiência prévia na área de assistência social, ela compartilhou que esse tema é familiar em sua trajetória profissional. Ela reforçou, assim como a Secretária Regina, que a equipe trabalha em conjunto e busca sempre ouvir as pessoas, e não falar por elas. Acredita que, ao dar voz àqueles que estão diretamente envolvidos, a relação entre a Secretaria e a sociedade se torna mais significativa.

Estela reconheceu que, embora não seja possível resolver tudo de imediato, o simples fato de ouvir as demandas já representa um grande passo. Ela também enfatizou a importância de compreender as realidades de outras pessoas, especialmente aquelas com as quais a Secretaria trabalha, já que cada um vive experiências únicas. Ela se colocou à disposição para atender às necessidades do comitê, ressaltando que, embora as agendas nem sempre permitam sua presença nas reuniões, a equipe continuará comprometida em acompanhar as demandas e atuar sempre que necessário. Concluiu desejando bom trabalho a todos.

Karen informa que estão abertas as falas para denúncias e que serão 10 falas no primeiro momento nesse período de 1h30.

Castor é o primeiro no momento de fala e expressa uma série de críticas sobre a falta de atenção aos direitos dos moradores de rua, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, como os que estão em cadeiras de rodas. Ele questiona a atuação do governo e a falta de ação concreta para resolver os problemas das pessoas que vivem nas calçadas há décadas, sugerindo que a verdadeira solução não depende apenas de verbas ou orçamentos, mas de sensibilidade humana e compromisso genuíno com as necessidades dessas pessoas. Expressa sua frustração sobre a falta de atenção às demandas que ele e outros participantes da reunião levantaram, especialmente aquelas que, segundo ele, foram ignoradas ou não registradas em atas porque incomodavam as autoridades ou o governo. Ele menciona uma divergência com uma pessoa (que

ele não identifica) sobre essa questão, indicando que se opôs a algo ou alguém e preferiria que essa pessoa não estivesse mais na mesa, dando lugar a alguém mais disposto a ouvir e registrar as demandas.

Castor também aponta que, embora as questões que ele levanta sejam legítimas, ele sabe que nem o presidente da República nem as autoridades de fato têm interesse em resolver esses problemas. Ele critica o foco do governo em questões internacionais, como conversas com a ONU, a OTAN ou figuras como Donald Trump, sugerindo que as preocupações internas e as necessidades dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, são negligenciadas em favor de interesses maiores e mais distantes. Afirmou que, ao longo de 20 anos, tem reivindicado questões básicas como moradia digna e banheiros públicos, mas que essas questões continuam sem resposta adequada.

Além disso, destacou a falta de representatividade nas reuniões, sugerindo que deveria haver mais vozes de pessoas em situação de rua presentes, para que as autoridades realmente ouvissem e entendessem as suas necessidades. Ele finaliza expressando seu descontentamento com o sistema e reforçando que seu trabalho é voluntário, voltado para a defesa dos direitos dos mais pobres. Informa que a secretária está correta e que maioria das pessoas em situação de rua são pessoas pretas e ele é branco, mas que se revolta com certas conversas e que encaminham pessoas da SEHAB e que são cheios de códigos e que vão representar o governo e que gostaria que estivesse mais pessoas em situação de rua para falar a frente.

Claro, aqui está o relato de Ingrid de forma formal, em terceira pessoa, sem alteração das palavras:

Ingrid compartilhou sua experiência, relatando que por dois anos foi silenciada e praticamente escondida. Ela explicou que foi ameaçada de morte e forçada a sair de um equipamento de acolhimento por uma equipe inadequada, sem preparo para receber pessoas vulneráveis. Ingrid fez uma pergunta aos presentes, questionando se algum deles já vivenciou ou presenciou negligência, ameaça ou perseguição após ter feito uma denúncia contra algum equipamento. Ela questionou ainda se alguém ali é tratado com dignidade, como todo ser humano merece. Ingrid afirmou que ninguém escolhe ser vulnerável, e que muitas vezes as pessoas acabam em situações difíceis, sem que isso seja uma escolha pessoal. Ressaltou que está ali como qualquer outra pessoa, buscando os direitos que deveriam ser garantidos a todos, e questionou até quando a sociedade permitiria que os direitos humanos continuassem sendo ignorados.

Relatou que há processos em andamento, mas que o tratamento recebido foi de indiferença. Seus filhos, inclusive, que são autistas, não tinham voz dentro do equipamento, pois não há preparo para atender pessoas com deficiência. Ingrid também mencionou que foi tratada com preconceito, com um orientador dizendo que ela, por ser branca, não se encaixava no perfil de pessoas que deveriam ser acolhidas. Ela descreveu uma situação em que, recentemente, seus filhos foram retirados de casa à força pela polícia, após ela denunciar uma pessoa do equipamento que, de acordo com Ingrid, fez uma denúncia falsa sobre ela. Ingrid mencionou que essa mesma pessoa, que havia feito a denúncia, ainda trabalhava na Vila Reencontro, sendo parte da equipe técnica. Criticou a forma como o sistema utiliza as informações de vulnerabilidade contra as pessoas, dizendo que, muitas vezes, elas acabam sendo atacadas ou tratadas de maneira desumana. Ingrid também contou que foi acusada falsamente de maus-tratos aos filhos, com uma denúncia de abuso envolvendo crianças e que ninguém na assistência social, ao perceber tais situações, tomou as atitudes necessárias para proteger as vítimas. Ela ressaltou que, quando testemunhou

tais abusos, não houve nenhuma ação por parte das autoridades.

Ingrid queixou-se do tratamento que recebeu dentro de alguns equipamentos de acolhimento, citando a falta de respeito e a negligência com a alimentação e as condições de higiene. Ela descreveu situações de fome, comida estragada e falta de cuidados básicos, como ventiladores nos quartos, que eram prometidos, mas não estavam presentes. Ingrid relatou ainda que a situação piorou a sua saúde, tendo ela desenvolvido um quadro de problemas gástricos devido à alimentação inadequada. Também mencionou uma situação em que, após passar por uma endoscopia e biópsia, foi ameaçada por um funcionário do equipamento, o que a fez vomitar sangue devido ao estresse e à cirurgia recente. Ela acusou uma funcionária de desviar recursos destinados aos moradores do equipamento, como alimentos e água gelada, e criticou a forma como a assistência social lidou com os problemas, ignorando as denúncias feitas por ela.

Por fim, Ingrid afirmou que a situação das pessoas em vulnerabilidade é desumana e que a população de rua, muitas vezes, está mais segura do que aquelas que buscam ajuda em abrigos, devido à violência e negligência que enfrentam. Ela questionou como é possível aceitar tal situação, onde mães que buscam proteção e apoio enfrentam tantas dificuldades e abusos dentro de sistemas destinados a acolhê-las. Ingrid concluiu sua fala pedindo um maior compromisso com os direitos humanos e com a dignidade das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Alex inicia sua fala cumprimentando a todos e informando que ao menos uma luta, conseguiram que é a questão do antigo coordenador Alcy, só que, pede para que olhem e questiona se alguém concorda com a mesa coordenadora, se é pela rua e informa a secretária Regina que ninguém levantou a mão e que a mesa fala por entidades. Alex se direciona a Roseli e fala que a situação é parecida e que está na rede rua, que é uma vergonha, e um canal sem visibilidade. Por quê? Porque estão trazendo mulheres de outros países. Questiona ela sobre as mulheres brasileiras e que elas devem ter prioridade, porque Roseli está no Brasil e deveria respeitar as mulheres brasileiras. O movimento deveria servir para isso, para dar voz às mulheres do Brasil. Onde estão as mães da rua brasileiras? Isso precisa ser comentado e exposto em reunião. Cita o manual de boas práticas e informa a Roseli que ela não o está respeitando.

Alex fala sobre as Atas de reuniões e sobre as denúncias, fala a secretária que quando ela desejar, podem fornecer as gravações de denúncias realizadas frente a comissão onde as gravações foram feitas, pois relata que estavam sabendo que não seriam encaminhados a eles as Atas e informa que foram encaminhadas por terceiros. Relata que inclusive chegou um relatório de uma denúncia feita na prefeitura e na ouvidoria geral, menciona que o comitê fala contra o povo em situação de rua, menciona Alcyr contra Gisele, filmagens contra eles, incluindo Gisele, Alex. Cita Allan, que falava a língua da rua e que Alcyr estava contra ele.

Alex fala para a secretária que é um compromisso de ela colher todas essas denúncias para verificar que não foi passado nada. Informa que no início do ano de 2025 fizeram uma reunião online onde foram retirados e colocaram entidades e questiona onde estão as denúncias de Gisele, Maria, Castor e de outras pessoas do comitê. Questiona do porquê as denúncias não estão sendo reportadas, relata que os qualificam como agressivos, nervosos, bipolares e sem saber se comunicar, informa que tem um relatório onde tem uma afirmação que Alcyr menciona que ele atrapalhou a reunião, mas ele afirma que isso nunca aconteceu. Explica que as reuniões online, nas quais não conseguem participar, continuam ocorrendo, mas as denúncias são

ignoradas. Informa que precisam saber o que está acontecendo com o trabalho e com as denúncias. Não se pode mais tolerar que isso continue. Alex detalha que tentaram levar para Alexandre de Moraes, na reunião da faculdade de São Francisco, mas não sabemos se ela chegou a ele, informa que o advogado de direitos humanos Davi os largou no atendimento dizendo que estava sem acesso à internet e logo após encontraram o mesmo na faculdade São Francisco com a camiseta de PopRua, mesmo largando eles sem atendimento. Informa que estão fazendo reuniões escondidas. Reuniões são feitas apenas entre eles, como essa turma que está manipulando as atas, e que não podem aceitar que as atas sejam manipuladas, com a exclusão de relatos. Mesmo quando entregam os relatórios, não se tem resposta, é importante lembrar que tudo isso está sendo gravado em vídeo. Ainda assim, esperam que a secretária os ouça e atenda as denúncias, como foi prometido.

Alex ainda relata que se a mesa coordenadora continuar, não terá sucesso. Precisam de pessoas que representem as ruas, pois não há ninguém ali que represente a rua. A eleição foi fraudada, e afirma que eles têm provas disso. Informa que o direito à fala e à escuta está sendo negado. Finalizando, se dirige a Roseli e informa que se o local da mesa coordenadora não é de militância e que caso desejem o fazer procurem outro local, pois lá é de PopRua e finaliza sua fala.

Maria iniciou sua fala fazendo uma série de observações e reclamações, destacando diversos problemas enfrentados pela população em situação de rua. Ela afirmou que, mais uma vez, estavam sendo ignorados, mesmo tendo levado as mesmas demandas em várias ocasiões, sem que houvesse uma resposta efetiva. Observou ainda que a secretária presente na reunião era nova para eles e que muitas de suas questões ainda não haviam sido encaminhadas corretamente. Relatou que Alcyr havia trocado suas falas nas Atas de outras reuniões e na mesa coordenadora, destacando que todos os envolvidos pertenciam ao mesmo time de Alcyr. Maria apontou para a conselheira Hari e afirmou que ela só estava ali para "comer". Direcionou suas palavras a Beatriz Clemente, questionando o motivo de Beatriz estar solicitando verba para o chá do padre, quando o local era destinado a pessoas em situação de rua. Em seguida, informou que Alcyr havia dito que iria elaborar um ofício para eles, mas nunca o fez. Além disso, mencionou que Alcyr sabia da situação deles e nunca repassou a informação para ninguém, nem para a secretária.

Maria relatou sobre a casa da Vila Reencontro da SMADS, mencionando que estavam na Vila Reencontro, mas que ninguém estava prestando atenção nas suas falas. Durante esse momento, Maria foi interrompida por uma discussão entre Gisele e Hari, a Secretária Adjunta Stela pediu o microfone e solicitou que fosse respeitada a fala dos outros, pois ela própria não estava conseguindo entender a fala das pessoas. Ela afirmou que estava anotando algumas questões, mas que era necessário um ambiente mais organizado para que as discussões funcionassem.

Maria prosseguiu sua fala, afirmando que muitas informações estavam sendo ocultadas deles e que continuavam sendo excluídos das discussões. Ela relatou que, em uma reunião online, Alcyr havia os removido e impedidos de participar, e que em uma reunião posterior, o mesmo ocorreu, deixando-os de fora novamente. Maria comentou que Dona Bia Clemente estava falando sobre a questão de verba, mencionando o "Chá do Padre" e a situação envolvendo o pedido de mais dinheiro. Ela destacou que, se o objetivo fosse obter mais recursos, estes deveriam ser destinados a ajudar as pessoas em situação de rua, e não àqueles que já possuíam suas próprias casas. Mencionou também que Alcyr havia informado que chamaria a Guarda Civil Metropolitana (GCM) para que ela, Alex e outras pessoas não permanecessem na reunião, e questionou o motivo de, quando ocorreu um caso de agressão contra a conselheira Gisele por dois homens, a GCM não

ter sido acionada. A respeito da Vila Reencontro, Maria relatou que a SMADS não retornava aos contatos deles e que o número 0800 não estava funcionando, deixando-os sem respostas. Ela afirmou que era necessário cobrar da SMADS, já que a água havia sido cortada e não havia retorno por parte deles. A situação foi ainda mais agravada pela falta de resposta do comitê, que não estava cumprindo suas responsabilidades de fornecer as informações ou a assistência prometida.

Maria também relatou que Alcyr falava que estava "com a rua", mas, quando chegavam nas reuniões, falava mal da população em situação de rua. Ela mencionou o caso do POT, destacando que haviam sido prejudicados e que, em uma reunião, disseram que eles não tinham casa, o que não fazia sentido, pois estavam na Vila Reencontro. Maria ainda relatou que, quando foram até a Secretaria de Direitos Humanos, a pessoa que os atendeu não conseguiu coletar as informações no computador, o que a levou a questionar como alguém que trabalhava na secretaria não sabia mexer nos sistemas. Também mencionou que, apesar de haver ameaças de processos contra eles, conseguiram resolver as questões por conta própria. Ela relatou ainda que chamaram a GCM para eles, juntamente com seu filho, e que Alcyr estava, junto a outros órgãos, tentando tirar o filho dela do convívio dela de seu esposo Alex, mas não obteve sucesso devido à falta de provas, mas que eles tinham provas.

Roseane inicia sua fala informando que será bem rápida pois tem mais pessoas para falar. Destacou que, para uma comunicação melhor, era necessário que todos respeitassem a fala uns dos outros, para que todos pudessem ser ouvidos adequadamente. Ressaltou que a secretária presente estava ali para ouvir, que ela estava anotando tudo o que estava sendo dito, e que ninguém deveria ter medo de falar, já que todos estavam ali para colaborar. Rosiane também relatou suas próprias dificuldades. Explicou que, apesar de já ter enfrentado várias situações de fome e precariedade, sempre teve o apoio de amigos e familiares, o que fez com que ela não passasse por essa situação de maneira permanente. Disse que, após viver 30 anos em São Paulo, enfrentando dificuldades, ela sabia o que era lidar com as adversidades, como as pessoas em situação de rua, e isso a tornava mais sensível e preocupada com a situação delas.

Seguindo sua fala, Rosiane sugeriu que a secretária, assim como feito na administração anterior com a Soninha e que não foi atendida, abrisse sua agenda para atender diretamente as pessoas em situação de rua. Ela sugeriu que a secretária disponibilizasse horários fixos pela manhã ou à tarde, para que os atendimentos fossem feitos de forma mais pessoal e eficaz, sem a necessidade de intermediários. Rosiane expressou também seu descontentamento com a maneira como foi tratada pela Secretaria no passado, relatando que, durante a gestão de Sonia, foi escorraçada da Secretaria, o que a deixou constrangida a ponto de evitar passar pela rua onde a Secretaria estava localizada. Ela descreveu isso como um tratamento desrespeitoso, que, segundo ela, foi um dos maiores constrangimentos que enfrentou.

Rosiane destacou sua experiência de 30 anos trabalhando com a população de rua e afirmou que, apesar de ser um trabalho difícil, ela sempre foi comprometida com essa causa, acreditando que as autoridades também deveriam demonstrar o mesmo compromisso com o bem-estar das pessoas em situação de rua. Sugeriu que para melhorar a comunicação, a secretária deveria abrir sua agenda para o público em geral, sem a burocracia que dificulta o acesso. Ela criticou o uso de e-mails e outros métodos de comunicação que, segundo ela, eram ineficazes, já que muitas pessoas em situação de rua não têm acesso à internet ou até mesmo familiaridade com a leitura, relata que ela é filósofa e não advogada e que nisso é completamente inútil. Ela argumentou que o serviço público deveria ser mais acessível e direto, sem recorrer a métodos que excluíssem a

população que mais precisa de assistência. Ela também expressou descontentamento com a burocracia e a falta de proximidade entre a administração pública e a realidade das pessoas em situação de rua, enfatizando que, embora ela tenha sido assessora e conhecesse o funcionamento do serviço público, era necessário que a Secretaria fosse mais acessível e compreensiva em relação às necessidades da população vulnerável. Enfatizou que passava noites na região da Cracolândia e que não tinha necessidade de fazer isso, mas ela fazia para ajudar as pessoas. Por fim, Rosiane pediu novamente que a secretária disponibilizasse um horário fixo para atendê-los pessoalmente, como uma forma de melhorar a comunicação e o atendimento à população de rua. Ela agradeceu a todos pela oportunidade de falar e encerrou sua participação com um agradecimento final.

A secretária Regina agradeceu a Rosiane pela sugestão apresentada, destacando que foi uma contribuição bem-vinda e que seria acatada. Ela explicou que, nesta semana, não seria possível atender à solicitação, pois haveria a inauguração de um contrato e uma atividade já agendada para a igualdade de Tiradentes. Contudo, Regina garantiu que, na próxima semana, seria possível avaliar a melhor forma de atender ao pedido, sugerindo que a reunião pudesse ocorrer em um período de até quatro horas. A secretária Regina propôs que a reunião fosse organizada de maneira a disponibilizar duas horas com a secretária adjunta e duas horas com ela, mencionou que, antes do término da reunião, verificaria qual seria o melhor dia da próxima semana para agendar o atendimento e informou que a data seria definida ainda durante o encontro.

Castor se dirigiu diretamente à secretária, pedindo que ela coletasse os nomes das pessoas que estavam presentes na reunião e que ele havia observado. Ele fez uma pergunta, buscando que ela procurasse e externasse a sua revolta ou sabedoria. Castor mencionou que, caso fosse necessário, ele estava disposto a se apresentar, ressaltando que trabalhava e, por isso, costumava realizar encaixes. Ele expressou seu desejo de ser uma das pessoas a ser chamada pela secretária e mencionou que possuía muitos documentos para apresentar.

Jennerfely se apresentou e informou que mora na Vila Reencontro, ressaltando que não está ali para avaliar quem está fazendo ou deixando de fazer, mas sim para afirmar que a luta é única. Ela destacou que todos os presentes nesse espaço deveriam estar do mesmo lado, em apoio a essa causa comum. Ela sugeriu que o comitê realizasse visitas aos equipamentos onde pessoas em situação de rua estão acolhidas, com o objetivo de entender melhor a realidade desses espaços. Jennerfely também enfatizou que não é porque essas pessoas estão em acolhimento dentro desses equipamentos que devem ser rotuladas como agressivas, violentas ou mal-educadas. Ela observou que não havia necessidade de provocações entre os envolvidos e lembrou que, em um país democrático, as críticas existentes não deveriam ser levadas para o lado pessoal, pois a luta é uma só. Relatou ainda que as reuniões têm se tornado desanimadoras, pois as pessoas em situação de rua acabam se rotulando, o que considera prejudicial. Ela destacou que, assim como na religião, em que todos seguem o mesmo Deus, a luta deve ser unificada, independentemente das diferenças.

Jennerfely falou sobre as oportunidades, mencionando os "POT's" e o Carnaval, e comentou que muitas mães não foram escaladas para as atividades. Ela observou que, das 300 vagas disponíveis, as únicas ofertas eram para funções como limpar privadas. Relatou também a necessidade de concluir o ensino médio dentro dos abrigos, destacando a importância de se organizar e agarrar as oportunidades que surgem.

Além disso, Jennerfely denunciou o descaso de muitos funcionários em relação às pessoas em

situação de rua, classificando essa atitude como desumana. Ela afirmou que a Vila Reencontro não é um projeto de autonomia, mas sim um CTA (Centro de Acolhimento Temporário), com apenas geladeiras, o que considera inadequado para as necessidades reais dos moradores. Por fim, ela enfatizou a importância de ensinar educação financeira dentro dos abrigos, sugerindo que, caso haja falta de comprometimento, os moradores devem ser advertidos. Contudo, ela pediu que as pessoas sejam incentivadas a se tornarem autônomas, com a ajuda necessária para atingir esse objetivo. Pede mais visitas, reuniões e humanização.

André Luiz iniciou sua fala com um cumprimento formal, mencionando as autoridades presentes, incluindo a ministra. Em seguida, destacou a importância de sua trajetória, mencionando seu compromisso com a militância na área da assistência social e refletindo sobre o tempo de sua vida em que não tinha medo de ser feliz. André compartilhou que, quando criança, sofreu violência doméstica, especialmente por parte de seu pai, a quem descreveu como uma figura ameaçadora. André relatou que sofre de esquizofrenia paranoide. Ele relatou uma experiência marcante em sua infância, quando seu pai proferiu ameaças violentas, e refletiu sobre a possibilidade de não estar mais vivo caso o pai tivesse concretizado suas ameaças. Além disso, mencionou o tratamento que recebeu ao longo dos anos, destacando a busca por cuidados terapêuticos e o apoio de figuras como Alexandre, um enfermeiro que cuidava dele.

André explicou como passou por um período de tratamento intensivo, enfrentando desafios e sendo deslocado de sua residência para lugares como Jabaquara. Ele fez questão de frisar que, como paciente psiquiátrico, a necessidade de tratamento médico era prioritária, independentemente de onde fosse realizado. Falou também sobre sua experiência em uma UBS, onde foi atendido de forma ríspida por um médico que, segundo ele, não demonstrou o devido respeito. O médico, segundo André, teria tratado o paciente anterior de maneira agressiva, gritando com um paciente na frente dele, o que gerou desconforto para André, que sentiu uma atitude inadequada em relação ao atendimento. Em sua narrativa, ele descreveu uma situação em que o atendimento médico foi postergado sem justificativa adequada, e quando finalmente foi atendido, o médico questionou sua condição e fez comentários desrespeitosos. André, sentindo-se desvalorizado, relatou a busca por outro atendimento, mencionando sua ida ao PS e os esforços para garantir seus direitos, incluindo a importância de ser atendido de maneira digna.

O relato seguiu com André mencionando a participação de conselheiros e a transparência nas eleições, especialmente em relação à população em situação de rua. Ele enfatizou a necessidade de eleições mais transparentes e democráticas, fazendo um apelo para que as pessoas que enfrentam dificuldades, como os moradores de rua, tivessem suas vozes ouvidas de forma justa nas decisões políticas e sociais.

Por fim, André concluiu seu discurso questionando a atuação dos direitos humanos, refletindo sobre a necessidade de ações concretas e a promoção dos direitos da população mais vulnerável. Ele se mostrou comprometido com a defesa desses direitos, em especial para aqueles que enfrentam as maiores adversidades na sociedade.

Jennerfely pediu um momento para esclarecer o que ocorreu na reunião, destacando que ela estava contra Gisele, conselheira do comitê. Jennerfely, então, esclareceu que sua fala se referiu a situação de forma geral e não especificamente a uma pessoa, para evitar que inverdades fossem levadas até a conselheira, afirmando que ela, Jennerfely, não estava contra Gisele ou contra qualquer pessoa ali dentro.

Além disso, Jennerfely enfatizou que ninguém presente na reunião era criança e que não iria se calar, reforçando que todos estavam ali para lutar pelos seus direitos. De acordo com o relato de André, Jennerfely deixou claro que todos estavam unidos em uma única luta.

Leandro, inscrito para se manifestar, fez seu relato sobre seu trabalho na Apoio, mencionando que presenciou diversas irregularidades. Leandro informou que, em 2020, encontrou 690 mil reais escondidos no centro, os quais denunciou. Após a denúncia, foi perseguido e fez uma denúncia ao Conselho Regional de Assistência Social, informando que apenas após 7 a 8 anos conseguiu ter sua audiência, mesmo assim foi silenciado. Leandro relatou que o Estado os torna violentos. Adicionalmente, Leandro declarou ser uma pessoa domiciliada e que, inicialmente, não gostaria mais de trabalhar com serviço social, mas foi salvo pela população de rua. Informou também que faz parte da USP e destacou que o local é aberto para pessoas em situação de rua.

Regina Santana, atual secretária, informou que conseguiu agendar uma data para atendimento à população de rua no auditório, no dia 19 de março de 2025, das 13h30 às 17h30. Ela especificou que o atendimento seria dividido: das 13h30 às 15h30 com a secretária, e das 15h30 às 17h30 com a secretária adjunta, Stella.

Paulo Alberto Nogueira, formado pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde realizou doutorado e mestrado, informa ser especialista na história do povo negro nacional e relata frequentar o Chá do Padre desde 2012. Ele descreve o Chá do Padre como um local que consegue atender um número significativo de pessoas vulneráveis, oferecendo serviços como banho, alimentação e roupas, e, caso haja necessidade de solicitar mais verba, considera isso compreensível.

Nesse exato momento, Beatriz Clemente pede para interromper um minuto pela importância da fala e responde: "Paulo, vou te interromper um minuto para dizer algo de extrema importância, eu nunca vim a este Comitê pedir verba para o Chá do Padre, são mentiras infundadas pois não é caso da minha competência e eu jamais pedi verba nesta secretaria, seja para o Chá do Padre ou qualquer outro equipamento, essa informação é uma inverdade, não procede e não se justifica, por favor, desconsidere. O meu cargo é de assistente social no Chá do Padre e atendo diretamente à população em situação de rua [sic]".

Paulo destaca que sua fala é direcionada à população preta em situação de rua, ressaltando que, em São Paulo, 47% da população de rua é composta por pessoas negras. Ele ainda observa que, ao pedir algo nas ruas, uma pessoa branca tende a receber ajuda com mais facilidade. Nesse momento, Alex contesta, afirmando que isso não tem relação com a cor da pele e que todos são iguais, a isso Paulo rebate, questionando por que o IBGE aponta que há mais pessoas negras em situação de rua, esse ponto de vista de Paulo gerou um debate entre ele e Alex.

Paulo também menciona a Lei Áurea, alegando que a população negra não foi devidamente acolhida, ressaltando que esses dados são históricos. Alex, por sua vez, argumenta que tanto pessoas negras quanto brancas sofrem racismo de forma igual, e Paulo continua sem conseguir concluir sua fala, diante de tantas intervenções feitas por Alex.

A secretária adjunta então pede que respeitem a fala de Paulo e pede para que deixe que ele finalize sua fala, informando que, após sua conclusão, ocorrerá a distribuição dos kits de lanche.

Paulo prossegue sua fala, abordando a figura de Princesa Isabel e o processo de abolição, afirmando que, historicamente, esse foi o início da população negra de rua no Brasil. Ele também

pontua que os livros que tratam desse tema não foram escritos por pessoas negras, mas sim por pessoas brancas. Em sua fala, Paulo enfatiza o racismo estrutural, citando o exemplo da secretária Regina, ser a primeira mulher negra que ele encontra a ocupar um cargo de liderança na cidade de São Paulo. Levanta a questão de qual situação seria mais chocante: ver uma pessoa branca sofrendo preconceito ou uma pessoa preta. Ele também discute as abordagens de rua e questiona qual população é mais frequentemente abordada. Por fim, Paulo relembra que São Paulo é uma cidade miscigenada e declara que fala em nome da população preta, pois é um homem negro e estudou a respeito dessas questões.

Karen informa que como ainda existiam pessoas inscritas a mesma deixará as pessoas concluírem suas falas para que prossiga com a reunião e informa que não tem pauta definida e chama senhor Josevaldo para seguir com as falas.

Ellen de Souza pede a fala e informa que a secretária Regina não pode ficar para a reunião por conta que teria outra reunião e que irá atrás da secretária adjunta.

Alex questiona sobre as Atas e sobre a possibilidade de ter acesso a elas. Em resposta, Karen informa que demonstrará na prática como será feito o acesso, enquanto Ingrid menciona que, antigamente, as Atas eram enviadas por WhatsApp. Castor, por sua vez, ressalta que nem todos têm acesso à internet para consultar o conteúdo pelo portal. Karen, então, retorna a fala a Ingrid e Alex, informando que, a partir de agora, as Atas serão encaminhadas pelo WhatsApp para facilitar o acesso e a leitura.

Beatriz Clemente solicita a palavra e pede licença a Alex para poder falar, destacando que está no Comitê PopRua, um comitê democrático, e que se encontra na mesa porque foi legitimamente eleita. Ela ressalta que Alex não a deixa falar, pois eles ocupam a palavra constantemente, o que dificulta a sua contribuição, ela foi impedida de falar devido às interrupções e acabou não se manifestando.

Stella também pede a palavra, e Gisele observa que, na mesa onde se encontram, o público não está de acordo e que seria necessário realizar uma nova votação. Ingrid solicita que o pessoal permita que Stella fale.

Stella informa que demorou um pouco mais para retornar após a pausa porque foi atender outra pessoa e que, para dar continuidade à reunião, é importante que todos escutem uns aos outros. Ela acrescenta que, no segundo momento das falas, será iniciado um processo de regulamentação de tempo para garantir que todos tenham a oportunidade de se expressar.

Josevaldo inicia sua fala com um apelo à união, destacando a importância de lutar pela democracia e garantir que o tempo de fala de todos seja respeitado. Ele enfatiza a necessidade de lutar pelos direitos das pessoas em situação de rua, incluindo mulheres com crianças, que enfrentam condições precárias e violência nas ruas. Menciona que frequentemente se depara com a realidade de pessoas sendo agredidas nas ruas e com dificuldades de acesso a serviços essenciais, como água e vagas em abrigos, como os da SEAS e SEFAS. Ele também reclama da falta de vagas e apoio para pessoas em situação de rua, observando que as pessoas são informadas de que não há vagas disponíveis. Josivaldo compartilha a experiência de uma mulher que estava na rua com uma criança e não conseguiu o suporte necessário, e relata que viu a Guarda Civil Metropolitana (GCM) tentando retirar a criança da mãe. Ele destaca que muitas pessoas necessitam desse apoio e menciona que reside na Vila Mariana, enquanto o suporte social está localizado no centro da cidade. Josivaldo critica o fato de que, nesse apoio, há apenas

café da manhã e jantar, questionando a destinação da verba. Ele também ressalta que, em conversa com a secretária da SMDS, foi informado de que há verba no orçamento e que estão buscando mais recursos para a construção de abrigos.

Josevaldo apela à luta por direitos como moradia, emprego e assistência, ressaltando a escassez de recursos e a falta de condições dignas para a população vulnerável. Ele critica a política atual, afirmando que, apesar dos recursos destinados a esse público, pouco é feito de fato para melhorar a situação. Também menciona questões relacionadas à gestão e à distribuição de verbas, destacando a falta de transparência e eficácia nas políticas voltadas para a população em situação de rua. Ele afirma que, em relação à verba destinada a essa causa, cada cabeça vale R\$2.000,00. Por fim, Josivaldo destaca novamente a importância de se unir e buscar soluções concretas, enfatizando a urgência de garantir apoio àqueles que mais necessitam.

França questiona quem ainda está presente na Secretaria e é informado de que a representante da Secretaria da Saúde está presente. Ele cumprimenta as pessoas e se apresenta como usuário da assistência, parabenizando a secretária Regina, que não estava presente na ocasião, mas ressaltando que eles trabalharam juntos no COMAS. Ele observa que, devido ao formato online das reuniões, não se viam pessoalmente, mas que Regina representava a Secretaria de Justiça. Em seguida, ele comenta sobre a secretária adjunta, destacando que também se conhecem de outros serviços. França faz um pedido para que a reunião ordinária seja marcada para as 15h, pois às 13h30 fica muito próximo ao horário de almoço, o que faz com que ele tenha que correr para a reunião. Ele agradece, caso essa sugestão seja considerada.

Em relação à agenda da secretária, França menciona que ela havia firmado um compromisso com as pessoas da reunião, e ele gostaria de poder passar suas demandas diretamente à secretária. E, também faz um convite para que as pessoas ocupem o COMAS, destacando que esse é o local onde as decisões sobre assistência são tomadas. Ele relata que no local há pessoas oportunistas ocupando espaços destinados a pessoas em situação de rua, observando que essas pessoas trabalham em diretorias de ONGs.

França sugere que as reuniões do COMAS sejam retomadas de forma presencial, pois, de forma online, as pessoas em situação de rua não conseguem acessar as reuniões. Ele, mais uma vez, parabeniza Regina e Stella, expressando o desejo de que ambas façam a diferença.

Ellen solicita a palavra e responde a França sobre os horários das reuniões. Ela explica que o horário das 13h30 foi solicitado anteriormente para que fosse destinado a denúncias, e que às 15h00 seria o momento para a reunião e deliberação de pautas.

Castor relata que, quando o comitê foi criado há 25 anos, o objetivo era evitar divisões e garantir que as falas abertas fossem o principal propósito do comitê. Ele observa que, no formato atual, algumas dessas denúncias podem não ser registradas nas Atas ou publicadas no Diário Oficial, o que pode levar à discriminação de falas abertas e que ele mesmo participa das reuniões para poder falar.

França questiona se as falas antes das 15h00 não serão incluídas na Ata

Ellen responde informando que os horários específicos para denúncias foram estabelecidos para proporcionar um tempo maior para o acolhimento substancial das denúncias. Ela exemplifica com uma denúncia sobre um centro de acolhida, explicando que, caso algo ocorra nesse local, como ele é administrado pela SMADS, a denúncia precisa ser direcionada à secretaria responsável. Ela

ênfatiza que, para que a denúncia seja levada adiante, é necessário fornecer informações específicas, como o local e a data, e que essas informações precisam ser embasadas para que a denúncia tenha fundamento.

Ellen conclui que essa "separação" de horários foi proposta para garantir que as denúncias possam ser acolhidas adequadamente. E informa que das 15h00 às 18h00 consiga tocar pautas como banheiros que Castor sempre traz

Alex informa que questionou sobre as Atas e que informaram que nunca foi mudada

Gisele solicita a fala informando que em uma Ata somente estava o nome dela que ela foi agressora de Julia (...) e que não tinha nada relatado de quando ela foi agredida.

Ellen retorna e informa que junto com a secretária e com a secretária adjunta uma melhor estrutura sobre as atas será feita

Alex informa que a mesa está errada

Gisele informa que tem que acabar com as questões de entidades estarem a frente e precisa ser pessoas em situação de rua.

Cleiton Ferreira (É DE LEI) é o próximo inscrito e retorna ao cuidado ofertado pelo Estado e pelo município. Ele relata que, atualmente, se alguém faz uso de alguma substância, seja álcool ou alguma substância psicoativa, a pessoa é encaminhada para o HUB, onde abominam a prática de redução de danos, e as abordagens são somente a favor da abstinência total das substâncias.

Cleiton destaca que, se a pessoa buscar tratamento, pode ser orientada a permanecer fora do local ou até se internar, mas ênfatiza que a redução de danos não é contrária à abstinência, sendo que ambas as abordagens dialogam de forma harmônica. Ainda falando sobre a Secretaria de Saúde, ele agradece o apoio da instituição e menciona que, embora haja uma carência de profissionais de assistência, é de extrema importância que esses profissionais estejam presentes nas reuniões. Cleiton também relata que, no dia anterior, ao voltar do teatro, encontrou Lucas, seu amigo buscando um local para se abrigar, e foi encaminhado de volta para o Craco. Ele observa que isso tem ocorrido com frequência. A fala de Cleiton é então passada para Lucas.

Lucas inicia sua fala com uma saudação e um desejo de bênçãos para todos, respeitando as diferentes religiões presentes. Ele expressa sua gratidão pela ajuda e pela estrutura que foi oferecida durante o processo de recuperação, destacando que é um adicto e vive com a doença por toda a sua vida. Relata que, em determinado período de sua vida, perdeu tudo, incluindo vínculos familiares, e esteve em um estado crítico de saúde na Cracolândia, onde viveu por cinco anos, enfrentando condições muito precárias. Compartilha sua experiência de buscar ajuda para se tratar e ser encaminhado para o HUB, onde passou por um tratamento de seis meses no Instituto Pagar Hugo, em Campinas. Após o tratamento, ele solicitou ajuda para ser encaminhado para uma república e reintegrado à sociedade, mas a falta de vagas impediu que isso acontecesse. Mesmo com a exceção de mais 22 dias concedida para que uma vaga fosse encontrada, ele não obteve sucesso e acabou retornando a São Paulo.

Ao tentar novamente ser acolhido no HUB, ele foi barrado pelos policiais ao tentar acessar o local com suas malas e celular. No entanto, ele teve a sorte de encontrar a Dra. Tamara, uma médica

que o havia atendido anteriormente, e ela o auxiliou a entrar no local, enfrentando a resistência policial. Ele expressa agradecimento por essa ajuda, destacando a importância do apoio recebido de profissionais como ela.

Lucas também compartilha sua experiência de tentar acesso a diversos serviços, como o CAPS, hotéis sociais e albergues, mas, infelizmente, não conseguiu ser acolhido. No entanto, com o auxílio do serviço social, ele foi acolhido temporariamente no fluxo, onde permaneceu até a noite, quando as vagas para pernoite estavam todas preenchidas.

Apesar de todas as dificuldades e obstáculos, ele se sente grato e satisfeito por ter saído da situação de fluxo e, com o apoio de colegas, conseguiu participar da reunião. Embora ele não possa prever seu futuro, ele expressa uma sensação de conquista e de superação pessoal. Ele também menciona seus planos de continuar seus estudos, concluindo o ensino médio, e questiona se não seria mais simples transformar serviços e direitos em ações concretas, para que todos possam caminhar juntos em busca de soluções. Ele sugere que, se o Brasil fosse um lugar mais inclusivo e justo para todos, a realidade seria diferente.

Por fim, ele faz uma reflexão espiritual, desejando que todos tenham um Deus bondoso e agradecendo pela vida e pela oportunidade de estar ali. A fala termina com um agradecimento a todos os presentes, com uma bênção e um "Amém".

Cleiton retorna e informa que trouxe o Lucas, mas destaca que existem muitos outros casos além dos de famílias, incluindo pessoas em situação de vulnerabilidade, pessoas solas e corpos trans, e que a assistência social, por si só, não tem oferecido o respaldo necessário para esses indivíduos. Diante disso, Cleiton solicita um respaldo da assistência social e um retorno para o caso de Lucas, incluindo, a intervenção da ouvidoria.

Alderon informa que gostaria de abordar três assuntos. O primeiro deles se refere a decisão do comitê foi realizar este primeiro momento para a qualificação das denúncias. O objetivo não era separá-las, mas sim recebê-las de maneira adequada, o que inclui a presença da ouvidoria neste momento. É importante que todo o acompanhamento das denúncias seja feito, para que elas não fiquem apenas registradas, mas que haja um encaminhamento adequado. Esse processo deve ser contínuo, e acredito que na próxima reunião podemos discutir melhorias nesse sentido.

Alderon também relata sobre a questão da Ata, e que ela deve estar disponibilizada na portaria do prédio da secretária para aqueles que não conseguem acessar on-line. O segundo ponto que Alderon traz à tona é sobre uma questão que não é nova: a dificuldade em obter registros para a emissão de documentos, como a identidade. Atualmente, para emitir um novo documento, é necessário apresentar o registro civil atualizado, não apenas o original. Isso tem gerado muitos problemas, pois as pessoas enfrentam dificuldades para conseguir esse registro. A Defensoria tem tentado apoiar, mas o processo ainda é complicado, e existem programas da OAB que também buscam ajudar. Sugiro que a Secretaria pense em uma forma de criar um banco de dados para armazenar esses registros, visto que muitas vezes eles se perdem ou não são arquivados adequadamente. A rotatividade das pessoas em busca de documentos tem sido um desafio constante.

Por fim, gostaria de destacar uma dificuldade adicional que muitos estão enfrentando com relação ao uso do portal do governo federal, que exige a criação de uma conta no site "br.gov". Muitos cidadãos têm dificuldades de acesso e que muitas das vezes tudo que se tem que fazer em

relação a documentos tem que ter o acesso e muitos não conseguem e esse processo tem gerado muitos transtornos. Precisamos estudar uma forma de facilitar o acesso e evitar que as pessoas enfrentem tantos obstáculos. Alderon agradece a atenção e espera que possam avançar nesses pontos.

Julia Lima inicia sua fala se apresentado e informa que é assessoria do deputado Eduardo Suplicy e acompanha o Comitê desde 2015. Deu boas-vindas a secretária adjunta e à secretária.

Julia aborda alguns pontos. O primeiro, já mencionado pelo França, é a questão da ausência das secretarias. Este comitê foi formado por 9 secretarias, mas raramente se tem mais do que 3 presentes nas reuniões. Frequentemente, estão com representantes das Secretarias de Saúde e da SMADS. No entanto, as Secretarias de Adaptação e de Trabalho, que são responsáveis pelas principais demandas, não têm comparecido há meses e é o que dificulta a resolução de diversos problemas. Constantemente trazemos denúncias de questões relacionadas à assistência social e outras demandas urgentes. A presença de SEHAB é de suma importância. Sugere que seja enviado um ofício para que se cobre diretamente o gabinete das secretarias a presença nas reuniões do Comitê, especialmente das secretarias ausentes. Caso haja mudanças nas equipes, é importante que novos representantes sejam designados, mas a presença dessas secretarias, como a da SEHAB, é fundamental.

Outro ponto que gostaria de destacar é o Programa Reencontro. A legislação mencionada no programa fala sobre locação social, e a lista de solicitações tem sido cobrada há bastante tempo, mas até o momento não há informações claras sobre a possível criação de uma locação especial para pessoas em situação de rua. Gostaríamos de um posicionamento mais claro a respeito desse ponto. Além disso, no âmbito do programa Reencontro, gostaria de destacar a questão da cota de empregabilidade da população em situação de rua. Pela legislação atual, a Lei 1725/2, há uma cota obrigatória de contratação de pessoas em situação de rua em todos os contratos da prefeitura com mais de 100 funcionários. No entanto, esse decreto regulamentador ainda não foi implementado. É necessário tirar essa proposta do papel e garantir que as vagas sejam efetivamente preenchidas pela população em situação de rua.

Por fim, gostaria de cobrar novamente a implementação do Marco em Respeito à População em Situação de Rua, em homenagem ao massacre ocorrido em 2004, na Praça da Sé. Durante a pandemia, o Marco foi retirado e, desde então, temos acompanhado a coordenação no sentido de recriar esse marco. Faço aqui um apelo à secretária para que se retome essa questão e se busque uma solução para que o Marco seja reinstalado, em respeito à memória da população em situação de rua.

Beatriz Clemente inicia seu relato cumprimentando a todos, todas e todes

Alex, por sua vez, informa que estão no Brasil e ressalta que a palavra "todes" não é reconhecida no português formal.

Beatriz se dirige à secretária, destacando que todas as reuniões têm seguido o mesmo padrão, e, em seguida, se volta para Gisele que estava a interrompendo, informando que este é o momento dela de falar.

Paulo, que participa do comitê, pede para que Gisele permita que Beatriz fale.

Gisele responde, dizendo para Paulo ir se tratar.

Beatriz pede para que respeitem o momento de fala da secretaria

Paulo solicita que todos deixem a reunião acontecer sem mais interrupções.

Stella, secretária adjunta, tenta fazer uma intervenção, mas é interrompida por Gisele, que comenta que o povo presente ali está em situação de rua e que o momento é um grito de socorro da população.

Karen pede questão de ordem, mas, não é acatada pelos presentes. Sendo assim, em virtude da escalada de discussões e da inviabilidade de um acordo, a reunião é encerrada.

Encaminhamentos:

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável
01	Abertura na agenda para coleta de denúncias em 19/03/2025	SMDHC
02	Marco em Respeito à População em Situação de Rua	SMDHC
03	Ofício para as secretarias direto do gabinete aos devidos gabinetes cobrando presença nas reuniões	SMDHC
04	Comitê realizar visitas nas Vila Reencontro para compreensão real das necessidades	SMDHC

Obs. Lista de presença 122858455



Maria Luiza Rodrigues Quirino

Coordenador(a) I

Em 16/04/2025, às 10:12.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **123949313** e o código CRC **1711A7E6**.